

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CAMPUS SERTÃO – UNIDADE SANTANA DO IPANEMA
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

ANDREY TEIXEIRA DE OLIVEIRA

**Análise da Evolução da Cesta Básica pelo Comprometimento do Salário Mínimo no
Município de Maceió de 2010 a 2016**

Monografia apresentada como um dos requisitos para obtenção de título de bacharel em ciências econômicas pela Universidade Federal de Alagoas.

Orientador: Prof. Me. Alex Nascimento dos Santos

Santana do Ipanema

2017

ANDREY TEIXEIRA DE OLIVEIRA

**Análise da Evolução da Cesta Básica pelo Comprometimento do Salário Mínimo no
Município de Maceió de 2010 a 2016**

Monografia apresentada como um dos requisitos para obtenção de título de bacharel em ciências econômicas pela Universidade Federal de Alagoas.

Orientador: Prof. Me. Alex Nascimento Dos Santos

Santana do Ipanema

2017

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Unidade Santana do Ipanema
Responsável: Tatiana Alcântara

O48a Oliveira, Andrey Teixeira de.
Análise da Evolução da Cesta básica pelo comprometimento do salário mínimo
no município de Maceió de 2010 a 2016 / Andrey Teixeira de Lima.

f.33 : il.

Orientador: Alex Nascimento dos Santos.
Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em Ciências Econômicas) -
Universidade Federal de Alagoas. Unidade Santana do Ipanema. Curso de
Ciências econômicas. Santana do Ipanema, 2017.

Bibliografia: f.33.

1. Índice de Preço do Consumidor (IPC);. 2. Cesta básica 3. Poder de
compra. I. Título.

CDU: 330

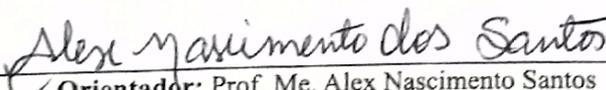
ANDREY TEIXEIRA DE OLIVEIRA

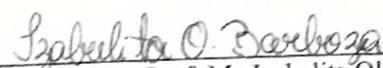
**Análise da Evolução da Cesta Básica pelo Comprometimento do Salário Mínimo no
Município de Maceió de 2010 a 2016**

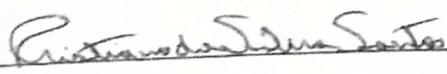
Monografia apresentada como um dos
requisitos para obtenção do título de
Bacharel em Ciências Econômicas pela
Universidade Federal de Alagoas.

Santana do Ipanema, Novembro de 2017.

BANCA EXAMINADORA


Orientador: Prof. Me. Alex Nascimento Santos


Avaliador: Prof. Me Izabelita Oliveira Barboza


Avaliador: Prof. Dr. Cristiano da Silva Santos

AGRADECIMENTOS

De antemão quero agradecer primeiramente a Deus, por me conceder muita saúde a cada dia para batalhar pelos meus objetivos e ideais, pois sem ele nada é possível nessa vida. Em seguida sou eternamente grato a meu pai Antônio e a minha mãe Amparo, por sempre me incentivar nos estudos desde a infância até agora essa reta final da graduação, pois sem eles não estaria aqui nessa luta, assim como os demais familiares. Agradecer também a minha namorada Mikaelly por está a todo tempo do meu lado, me ajudando a superar os obstáculos, assim também como me apoiando até o fim dessa jornada.

Meus sinceros agradecimentos ao Prof. Me. Alex Santos, pois com toda paciência e humildade me guiou nessa importante etapa da minha vida como meu orientador, pois sem sua grande colaboração não conseguiria concluir essa monografia com tanto sucesso, dessa forma ficará gravado na minha graduação e vida acadêmica.

Quero agradecer de modo geral a todos os professores desta belíssima universidade com quem pude ter o prazer de conhecer e aprender um pouco do conhecimento de cada um em suas disciplinas lecionadas. Assim como agradecer também a todos aqueles que fazem a UFAL – Campus Sertão, Santana do Ipanema.

Não poderia deixar de lembrar e ser muito grato aos meus queridos colegas de turma que não vou citar, pois não quero ter o desprazer de esquecer o nome de nenhum, pois todos tiveram suas parcelas de contribuição pra tudo isso acontecer, quero levar a amizade e consideração de todos pra o resto da minha vida, pois graças a universidade construímos muitas amizades positivas, contém comigo!

Enfim quero agradecer a todos aqueles que fizeram parte da conclusão do meu curso, assim como desta monografia, seja de forma direta ou indireta fizeram parte da minha formação.

Dedico esse trabalho a Academia e aqueles que um dia peguem esse material sejam para leitura ou como fonte em seus estudos, ficarei imensamente grato e feliz. Encerro aqui meus votos de agradecimento e honra.

*A Deus, que nos criou e foi criativo nesta tarefa.
Seu fôlego de vida em mim foi sustento e me deu coragem
Para questionar realidades e propor sempre
Um novo mundo de possibilidades*

RESUMO

O objetivo deste trabalho é analisar e apresentar sistematicamente o valor da cesta básica, e verificar o comprometimento da cesta básica sobre o salário mínimo nacional para a cidade de Maceió. Para isso, foram utilizadas informações contidas na pesquisa mensal do IPC, executada pela **SINC/IPC**, que faz parte da **Seplag**, coletadas em 13 supermercados e feiras livres do perímetro urbano da capital alagoana. Verificou-se uma queda desde 2010 até 2016 do comprometimento sobre a renda, essa queda pode ser relacionada com um ganho do poder de compra do salário mínimo nacional em relação a cesta básica alimentar maceioense.

Palavras-chave: Índice de Preço do Consumidor (IPC); Cesta Básica; Poder de Compra; Maceió.

ABSTRACT

The aim of this paper is to analyze and systematically present the value of the basket, and verify the commitment of the basket on the national minimum wage for the city of Maceió. For that, we used in this work information contained in the monthly CPI survey, performed by the SINC/IPC, which is part of Seplag collected in 13 supermarkets and markets the urban perimeter of Maceió. There was a drop from 2010 to 2016 commitment on income, this drop can be related to a gain in purchasing power of the minimum wage relative to basic food Maceioense.

Keywords: Consumer Price Index (CPI); Food Basket; Purchasing Power; Maceió.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1	Evolução da Cesta Básica e do Salário Mínimo.....	28
Gráfico 2	Análise do Comprometimento Médio do Salário com Cesta Básica.....	29

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Itens da Cesta básica em Maceió.....	12
Tabela 2	Evolução da Cesta Básica, Salário Mínimo e Comprometimento.....	26
Tabela 3	Taxa Média da Cesta Básica, Salário Mínimo, Comprometimento e Horas Trabalhadas.....	27

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

DIEESE - Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio Econômicos

FECOMERCIO - Federação do Comércio/AL

IPC - Índice de Preços ao Consumidor

INPC - Índice Nacional de Preços ao Consumidor

OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômicos

PIB - Produto Interno Bruto

SEPLAG - Secretaria de Planejamento e Gestão/AL

SINC - Superintendência da Informação e do Conhecimento

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
1.1 Organização do Trabalho	13
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	13
2.1 Cesta Básica	14
2.2 Fatores que Determinam o Preço da Cesta Básica	16
2.3 Poder de Compra	17
2.4 Relação entre nível de preço e salário mínimo	19
2.5 Fechamento da Sessão	21
3 METODOLOGIA	22
3.1 Coleta de Dados	22
3.2 Método Utilizado	24
3.2.1 Modelo de Análise	24
3.3 Horas de Trabalho por Cesta Básica	25
4 ANÁLISE DO COMPROMETIMENTO DA CESTA BÁSICA	26
4.1 Análise da Evolução do Comprometimento	29
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	31
6 REFERÊNCIAS	33

1. INTRODUÇÃO

Analisar os padrões de consumo e suas implicações sobre a renda da população é um estudo muito relevante, pelo fato de revelar o desempenho do poder de compra do salário mínimo. Saber o comportamento dos preços auxilia os consumidores a planejar, se programar e estabelecer estratégias de modo que o impacto sobre sua renda seja reduzida. A grande instabilidade no Brasil, fez com que os brasileiros aprendessem a planejar durante situações de crise (FERCOMÉRCIO, 2012), entretanto apenas uma pequena fatia da população sabe da importância dessa informação para tomada de decisão.

Em Alagoas, o Índice de Preço ao Consumidor (IPC) de Maceió vem sendo mensurado e publicado mensalmente pela Secretaria de Estado do Planejamento e do Desenvolvimento Econômico – SEPLAG, este processo já é realizado durante cerca de 30 anos. Todo mês são divulgadas informações sobre os diversos grupos que compõem o IPC, tais como: Alimentação, Habitação, Artigos Diversos, Despesas Pessoais, Fumos e Bebidas, Vestuário, Transporte, Saúde e Educação. As informações divulgadas são sobre as variações e influências desses grupos no IPC e, conseqüentemente na renda familiar (1 a 8 Salários Mínimos). Em complemento as informações sobre o IPC é divulgado também o valor da cesta básica alimentar.

A cesta básica Alimentar é instituída pelo Decreto de Lei Federal de nº399/38. A mesma é composta por 12 itens julgados como essenciais para alimentação básica familiar, que são eles: carne, leite, feijão, arroz, farinha de mandioca, tomate, pão, café, Banana, açúcar, óleo e manteiga. Como seria coerente de se pensar, a cesta básica alimentar compromete todo mês uma parcela quantitativa do rendimento familiar, parte esta que é destinada para o dispêndio com bens alimentícios que se julgam essenciais. A análise da participação pela cesta básica no salário mínimo (outorgado pelo governo federal) é calculada e divulgada mensalmente junto ao Índice de Preço ao Consumidor - IPC mensal. Na tabela 1, podem ser observados os itens que compõem a cesta básica alimentar e suas respectivas quantidades.

Analisar o impacto das variações nos preços sobre a renda dos maceioenses é importante para observar também, como se comporta o poder aquisitivo na cidade de Maceió, nesse mesmo período. Sendo assim, o objetivo deste trabalho é analisar e apresentar sistematicamente o valor da cesta básica, e verificar o comprometimento da cesta sobre o salário mínimo nacional para a cidade de Maceió. Para isso, foram utilizadas nesse trabalho informações contidas na pesquisa mensal do IPC, executada pela SINC/IPC, que faz parte da SEPLAG, coletadas em 13 supermercados e feiras livres do perímetro urbano da capital alagoana. A análise dos dados será feita por meio de estatística descritiva.

Como objetivo geral, o trabalho se delimita em Analisar de acordo com o tempo estimado, a evolução do preço da cesta básica e o seu comprometimento no salário mínimo nacional, tendo como base a cidade de Maceió/AL.

O trabalho ainda dispõe de seus objetivos específicos, tais como: Observar a variação de preço da cesta básica junto ao salário mínimo, Mensurar o comprometimento da cesta básica pelo salário mínimo, Calcular quantas horas de trabalho é necessário para aquisição da cesta básica e Analisar as variações de preço e mercado.

Atualmente o Brasil se depara com diversos problemas socioeconômicos, esse cenário se torna ainda mais crítico na região nordeste, onde a grande fatia da população carente do país reside. Problemas como: desemprego, educação e saúde tomam conta nessa região e fazem com que a pobreza seja realidade. Diante disso o tema proposto foi escolhido e tem como justificativa o intuito de medir e avaliar o preço da cesta básica em Maceió e o quanto ela compromete na renda dos maceioenses.

1.1 ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO

O trabalho é composto de mais quatro seções além desta introdução. Na segunda seção são apresentados alguns conceitos e considerações sobre a cesta básica, salário mínimo nacional, implicações sobre os preços e poder de compra. Na terceira é apresentada a metodologia do trabalho. Na quarta é feita análise do comprometimento do salário mínimo pela cesta básica alimentar, e na quinta segue as conclusões do trabalho.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O trabalho tem seu desenvolvimento voltado para área de preço e mercado, focando assim, no preço da cesta básica e no salário mínimo, com análises nas evoluções desses dois quesitos. Nesta seção serão apresentados alguns conceitos e definições de suma importância sobre o trabalho.

Foram encontrados na literatura estudos e avaliações sobre o assunto como é o caso do DIEESE – Departamento intersindical de estatísticas e estudos socioeconômicos, que realiza um trabalho de pesquisa que subsidia as demandas como mercado de trabalho, salário, remuneração e etc. Realizam inclusive todo um acompanhamento da cesta básica e do salário mínimo durante os períodos de tempo, registrando dados estatísticos que são úteis para os pesquisadores da área, como é o caso deste trabalho. Outros autores de macroeconomia e microeconomia foram fundamentais para essa revisão bibliográfica, pois estudam o mercado nacional e internacional e também o bem estar do consumidor.

2.1 CESTA BÁSICA

A cesta básica ou ração essencial mínima que vigora com base no Decreto Lei nº 399 não é uniforme em todo território nacional, esta foi estudada e concretizada para atender as necessidades básicas do trabalhador individual, como consequência da análise do salário mínimo. Pois como assegura o Dieese:

“Em 30 de abril de 1938, foi regulamentada a Lei nº 185 de 14 de Janeiro de 1936 pelo Decreto Lei nº 399. Este estabelece que o salário mínimo é a remuneração devida ao trabalhador adulto, sem distinção de sexo, por dia normal de serviço, capaz de satisfazer, em determinada época e região do país, às suas necessidades normais de alimentação, habitação, vestuário, higiene e transporte (D.L. no 399 art. 2).”

Entretanto, antes de instituir o Decreto 399, foram realizados estudos em diversas regiões do país, com apoio de empresários locais e trabalhadores, para estabelecer o salário mínimo de cada região. Diante desta análise houve a apresentação da cesta básica nacional com treze itens: carne, tomate, feijão, arroz, farinha, batata, legumes (tomate), pão francês, café em pó, frutas (banana), açúcar, Banha/óleo e manteiga, entretantes, a quantidade varia de acordo com a região do país que foi dividida em três: região -1 que corresponde aos Estados do Sudeste, Distrito Federal e Goiás, região – 2 aos Estados Norte e Nordeste e região – 3 que corresponde aos Estados do Sul, Mato Grosso e Mato grosso do Sul.

Em contraponto, a cesta básica nacional, uns acreditam que essa deve ser um conjunto do consumo observado da população em geral, ou seja, entra a preferência do consumidor, onde a independência da escolha nutricional seria de relevância para formulá-la, mas, há outros que partem do princípio da viabilidade nutricional da cesta básica do consumidor que neste caso é o trabalhador. Logo, para Maceió é pesquisado a segunda vertente, pois ela satisfaz as diversas necessidades para a manutenção do corpo humano que tem sua vida pautada para sociedade do trabalho. Todavia para Sônia Rocha (2003) em entrevista a revista eletrônica Radis afirma que:

“mesmo com restrição de renda, as escolhas realizadas pelas famílias em relação ao consumo alimentar nem sempre são feitas com base apenas no custo ou na qualidade do produto. Na verdade, segundo ela, estudos têm mostrado que, com a urbanização e a melhoria dos meios de comunicação, as escolhas alimentares das famílias são feitas cada vez menos com base na qualidade nutricional e no preço dos alimentos. Muitas vezes, o consumidor ao fazer a escolha leva em conta apenas à praticidade do produto ou seu apelo publicitário.”

De acordo com a história o Brasil foi uns dos poucos países subdesenvolvidos a ter uma legislação ainda na década de 1930 para o salário mínimo. O processo foi longo e árduo para a obtenção do piso salarial, os movimentos sindicais da época foram de importância singular para conquista da definição do seu valor, uma vez que de início eram quatorze valores de acordo com as regiões pesquisadas e, sua reavaliação a princípio seria a cada três anos, entretanto, anos depois era estabelecido que as mudanças fossem em conformidade com os planos econômicos do governo federal.

Porém, foi durante ditadura militar, que perduraram 21 anos no poder, que houve o antagonismo entre perda salarial e crescimento econômico brasileiro, tido como no pós 1968 como milagre econômico brasileiro que levou a altos índices de pobreza e coerção social. A unificação salarial ocorreu em 1984 com uma carga horária de trabalho de 48 horas semanais, onde só houve mudança com a nova constituição de 1988, acarretando em uma diminuição para 44 horas de trabalho.

Em 1980 a problemática da inflação que corroía o salário da sociedade que sobrevive do trabalho, fato que perdurou até o Plano Real, momento que fora “controlada”. Os planos anteriormente adotados não contribuíram para mitigar os altos índices inflacionários. No momento do Plano Real houve um aumento do poder de compra e uma paridade do real com o dólar era R\$1/US\$1. A abertura comercial iniciada na década de 1990 veio aumentar a reserva de mão de obra brasileira, pois também as empresas estavam se reestruturando diante da concorrência internacional, o que elevou o número de desempregados achatando assim os salários, mas o ocorrido de com inflação controlada durante os dois governos do presidente Fernando Henrique Cardoso.

De acordo com o jornal o GLOBO, (2011) Durante o mandato do presidente Lula o salário mínimo mudou sua trajetória de quase estagnação para sucessivos aumentos reais que viria a beneficiar a classe de assalariados. No plano econômico o governo retoma a posição de investidor da economia, algo que não tinha ocorrido durante anos anteriores e, atualmente o salário mínimo mantém sua trajetória de ganhos reais e a continuidade do Estado na condução da economia, entretanto o que vem afetando a ação governamental é a vida dos trabalhadores e empresário de pequeno e médio porte é a crise econômica internacional e, de modo local é a seca no nordeste brasileiro, pois como foi explanado anteriormente muitos produtos dependem dos recursos naturais para melhorar sua produção e a seca que se constitui como sazonalidade afeta a produção da maioria dos produtos que compõe a cesta básica ou Ração Essencial Mínima.

2.2 FATORES QUE DETERMINAM O PREÇO DA CESTA BÁSICA

Segundo Mankiw, 2008, Moeda, preços e taxa de juros estão correlacionados de varias maneiras. Como a teoria quantitativa da moeda explica, a oferta monetária e a demanda por moeda, conjuntamente, determinam o nível de preços de equilíbrio. As alterações no nível de preços, por definição, constituem a taxa de inflação. Alguns fatores são fundamentais para a determinação dos preços de mercado, tais fatores serão citados a seguir.

Um desses fatores é a tributação do país, que tem grande influencia sobre o preço da cesta básica. A carga tributária no Brasil é de quase 36% do PIB, é aproximadamente igual à carga tributária média dos países da OCDE - Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico. É muito superior à carga tributária de países com renda per capita similar à do Brasil. Quase metade (48%) dessa carga corresponde a tributos sobre bens e serviços. Assim, mesmo as classes de renda mais baixas comprometem boa parte de seus orçamentos com o pagamento de tributos. Com a estrutura vigente de alíquotas tributárias, há uma tendência de piora dessa situação. Isso porque nos últimos anos tem havido mudanças substanciais nas cestas de consumo das famílias mais pobres, com redução da participação de itens menos tributados como alimentos básicos. (CARVALHO, SIQUEIRA E NOGUEIRA, 2013).

Outro fator é o aspecto sazonal para alguns produtos. Segundo, CARVALHO, SÁFADI e FERRAZ, (2009), os efeitos sazonais, provocados por oscilações climáticas e variações naturais de demanda e oferta, têm influenciado o preço de diversos produtos agrícolas, fazendo com que muitas vezes a oscilação desses preços seja, erroneamente, relacionada a outros fatores. Para MANKIW, (2008), todos os indicadores de renda exibem um padrão sazonal regular. O produto da economia cresce durante o ano, atingindo um pico no quarto trimestre (outubro, novembro e dezembro), caindo em seguida, no primeiro trimestre (janeiro, fevereiro e março) do ano seguinte. Essas variações sazonais regulares são substanciais.

O mercado internacional, também detém uma grande participação nas mudanças de preço. De acordo com o site Jornal do Brasil, (2013), Um dos setores que são mais afetados pela variação do câmbio é a indústria. Se o dólar sobe, os preços dos produtos nacionais ficam mais baratos e dos importados mais caros, beneficiando a indústria nacional. O contrário também é verdadeiro. Muita importação não é positivo, pois estamos colocando produtos de outras economias dentro do nosso país.

A partir disso temos as alterações nos preços de alguns itens componentes da cesta básica, o que altera também de forma geral o preço desta. Tendo isso em vista o site alagoas 24 horas (2017) aborda que:

“O decreto do Governo de Alagoas que desonerou a cadeia da carne no Estado é um dos fatores que contribuíram para a queda do valor da cesta básica em Maceió. O benefício foi atestado pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), que ratificou que a carne teve queda de 9,29% em seu valor, quando comparado com o do mês passado. De acordo com o órgão, entre os produtos da cesta é a maior queda nominal.”

Segundo o economista do DIEESE, Luiz Moura, essa variação de preço da cesta acontece mais basicamente na região nordeste. Para ele os preços nas feiras livres são mais homogêneos e que nos supermercados há mudanças enormes, onde o ideal seria uma pesquisa de preço de mercado e compras feitas em curto período de tempo, pois compras prolongadas podem acarretar, durante esse intervalo, grandes aumentos de preços.

2.3 PODER DE COMPRA

De acordo com PAIM (2005), a maior parte dos países hoje adota o salário mínimo como referência no mercado de trabalho. Embora a avaliação do salário mínimo em dólar não seja a mais adequada, na medida em que se deve considerar, principalmente, seu poder de compra em cada país, a comparação apresenta-se como uma referência internacional. O salário mínimo somente passou a constar na pauta das políticas sociais dos governos na década de 30. Em 16 de julho de 1934, o Presidente Getúlio Vargas promulgou a nova Constituição, contendo um conjunto de medidas de proteção à classe trabalhadora, dentre elas o salário mínimo “capaz de satisfazer, conforme as condições de cada região, às necessidades normais do trabalhador” (art. 121, § 1º, b). No dizer do sindicalista Luiz Tenório de Lima, “ele (Vargas) criou as condições sociais para integrar o trabalhador brasileiro na vida da cidadania”.

Ainda segundo PAIM (2005), a lei nº 185, de 14 de janeiro de 1936, instituiu as comissões de salário mínimo, posteriormente regulamentadas pelo decreto-lei nº 399, de 30 de abril de 1938, cujo texto estabelecia o salário mínimo como “a remuneração mínima devida a todo trabalhador adulto, sem distinção de sexo, por dia normal de serviço e capaz de satisfazer, em determinada época, na região do país, as suas necessidades normais de alimentação, habitação, vestuário, higiene e transporte”. Posteriormente, o decreto-lei nº 2.162, de 1º de maio de 1940, fixou os primeiros valores para os salários mínimos regionais em todo o país que passaram a vigorar a partir de julho do mesmo ano. Uma reavaliação desses valores seria realizada após três anos de vigência dos níveis estabelecidos em 1940.

Dentro da sua constituição histórica, o salário mínimo tem a sua origem caracterizada por tempo de grandes pressões na economia, crises políticas e trivialidades que contribuíram para um pensamento focado nas classes operárias que pela sua própria origem abarcam um contexto de

desvalorização e rejeição econômica, não só no Brasil, mas em diversas sociedades a exemplo da Inglaterra. Atualmente, o salário mínimo é um fator que integra o poder de compra da sociedade, mas ao mesmo tempo cria disparidades sociais, nas quais a relação existente entre cesta básica e salário mínimo apresenta grande discrepância. Pode-se perceber que a visão do governo em relação ao poder de compra do salário mínimo é superestimada se levarmos em consideração o que realmente ele compra, esta visão pode ser observada pela definição apresentada na Constituição Federal. (BERRIOS e SANTOS, 2016).

Ainda de acordo (BERRIOS e SANTOS, 2016), o poder de compra está estritamente ligado ao processo inflacionário, o qual remete ao aumento generalizado e contínuo dos preços das mercadorias que são ofertadas no mercado, causando a diminuição discriminada do poder de compra de um rendimento baixo. Levando em consideração o aspecto histórico que a inflação causou na economia do país, o governo federal tomou medidas de controle do poder de compra relacionadas ao salário mínimo, que dispõem como principal objetivo, manter o poder de compra da sociedade ativa, diminuindo assim um processo inflacionário agravado pelos custos de produção e escassez de demanda.

Para se entender mais sobre poder de compra deve-se conhecer mais a fundo o que representa salário real e nominal. Como assegura (BERRIOS E SANTOS, 2016), salário nominal é aquele fixado em contrato; ou seja, o quantitativo de dinheiro recebido pelo indivíduo. Ele sofre reajustes, que nada mais é que uma recomposição do salário, para que seu poder de compra permaneça o mesmo. Já salário real representa o poder aquisitivo de uma pessoa de fato, o quanto ela pode comprar com o volume de dinheiro que recebe. Logo o reajuste, não significa um aumento do salário real, mais sim uma saída para que o poder de compra do trabalhador se altere. Segundo avaliações do DIEESE (Departamento Intersindical de estatísticas e estudos socioeconômicos), o salário mínimo necessário para obter um bom poder aquisitivo nos dias de hoje chega a 4 vezes mais o salário mínimo nominal atual que está de R\$ 937,00 no Brasil.

Segundo PINDYCK E RUBINFELD, 2010, o comportamento do consumidor pode ser mais bem compreendido, quando examinado em três etapas. A primeira consiste em analisar as preferências do consumidor. Necessita-se, portanto uma forma prática para descrever porque as pessoas poderiam preferir uma mercadoria ou bem ou serviço à outra. A segunda, diz respeito ao fato de que os consumidores estão sujeitos a restrições orçamentarias – eles têm rendas limitadas, o que restringe as quantidades de bens e serviços que podem ser adquiridos. A terceira consiste na reunião das preferências do consumidor as restrições orçamentarias, visando a determinação das escolhas dos consumidores.

Na economia, o termo utilidade representa uma medida da satisfação ou felicidade que os indivíduos obtêm graças ao consumo de bens e serviços. Como uma renda maior nos permite consumir mais bens e serviços, então a utilidade aumenta com a renda. Os consumidores nem sempre tomam decisões de compra racionalmente. Às vezes, por exemplo, eles compram por impulso, ignorando ou não levando em conta suas restrições orçamentárias (e, assim, assumindo dívidas). Outras vezes os consumidores não tem certeza de suas preferências ou são influenciados pelas decisões de consumo tomado por amigos ou vizinhos. Além disso, ainda que os consumidores se comportem racionalmente, nem sempre conseguirão levar em conta, por completo, a multiplicidade de preços e escolhas com que se defrontam diariamente. (PINDYCK e RUBINFELD, 2010).

Os consumidores racionais tendem a seguir a risca sua restrição orçamentária, para que não ultrapassem suas receitas. Para MANKIW (2008), Os consumidores que não possuem informações precisas, extrapolam os limites de sua restrição orçamentária através do crédito, impulsionados pelo desejo de consumo imediato.

2.4 RELAÇÃO ENTRE NÍVEL DE PREÇO E SALÁRIO MÍNIMO

O IPC é uma medição temporal do custo geral de bens e serviços utilizados pelo consumidor. Tal função estatística compara valores monetários como o salário, por exemplo, em épocas diversas, verificando as variações no seu poder aquisitivo através da inflação. Observa-se que o IPC se eleva quando o consumidor gasta sua renda em maior volume para manter o seu padrão de vida. (DIAS e CROCE, 2016).

Para MANKIW (2008), um dólar, nos dias de hoje, não compra tanto quanto comprou a vinte anos atrás. Ou seja, houve um aumento generalizado nos preços dos produtos. Esse aumento no nível geral de preços é chamado de inflação, e é uma das principais preocupações dos economistas e dos formuladores de políticas. O indicador mais frequente utilizado para o nível de preços é o índice de preços do consumidor IPC. Do mesmo modo que o PIB transforma valores correspondentes a inúmeros bens e serviços em um único número que mede o valor da produção, o IPC converte os preços de inúmeros bens e serviços em um único índice que mede o nível geral de preços.

Como assegura MANKIW (2008), muitas leis e contratos do setor privado apresentam cláusulas que levam em consideração o aumento no custo de vida, e o IPC é utilizado para ajustar os contratos em termos da variação no nível de preços. Uma vez que tantas coisas dependem do IPC, é importante garantir que esse indicador do nível de preço seja preciso. Muitos economistas acreditam que, por uma série de razões, o IPC tende a superestimar a inflação. Um dos problemas diz respeito ao viés da substituição, uma vez que o IPC mede o preço de uma cesta o preço de cesta

de mercadorias fixa, ele não reflete a capacidade dos consumidores de fazer substituições por mercadorias cujos preços relativos tenham caído. Por conseguinte, quando os preços relativos se modificam, o custo de vida verdadeiro cresce menos rapidamente do que o IPC.

Um segundo problema seria a introdução de novos bens. Quando um novo bem é introduzido no mercado, os consumidores ficam em melhor situação, uma vez que passam a ter maior variedade de produtos pra escolher. Com o efeito, a introdução de novos bens faz crescer o valor real da moeda. Não obstante, esse aumento no poder de compra da moeda não é refletido em termos de um IPC mais baixo. Um terceiro problema são as variações não-mensuradas em termo de qualidade. Quando uma empresa modifica a qualidade de um produto que vende, nem toda a variação do preço da mercadoria reflete uma variação no custo de vida. (MANKIW, 2008).

Em decorrência desses problemas relacionados a medições, alguns economistas sugeriram a revisão da legislação no sentido de reduzir o grau de indexação. Por exemplo, os benefícios da seguridade social poderiam ser indexados pela inflação medida pelo IPC menos 1 por cento. Esse tipo de modificação representaria uma maneira aproximada de compensar esses problemas ligados a medições. Ao mesmo tempo, essa operação automaticamente desaceleraria o crescimento nos gastos do governo. (MANKIW, 2008).

Segundo MANKIW (2008), os economistas normalmente pressupõem que o preço de um bem ou o preço de um serviço se move rapidamente, de modo a colocar em equilíbrio a quantidade ofertada e a quantidade demandada. Ainda assim, a premissa sobre um ajuste contínuo de mercado não é inteiramente realista. Para que os mercados se ajustem continuamente, os preços precisam se ajustar instantaneamente em relação a mudanças na oferta e na demanda. Na realidade muitos salários e preços se ajustam de maneira lenta. Embora modelos de ajuste de mercado pressuponham que todos os salários e preços sejam flexíveis, no mundo real alguns salários e alguns preços são rígidos.

A aparente rigidez nos preços não torna inúteis os modelos de ajuste de mercado. Afinal de contas, os preços não permanecem rígidos para sempre; em última análise, eles efetivamente se ajustam a mudanças na oferta e na demanda. Modelos de ajuste de mercado podem não descrever a economia a cada instante, mas descrevem o equilíbrio em direção ao qual a economia gravita. Por conseguinte, a maior parte dos macroeconomistas acredita que a flexibilidade de preços é uma premissa válida para estudar questões de longo prazo, tais como o crescimento do PIB real, que observamos de década para década. (MANKIW, 2008).

Para estudar questões de curto prazo, tais como flutuações de ano para ano, no PIB real e no desemprego, a premissa que diz respeito a flexibilidade de preços é menos plausível. Ao longo de períodos curtos, muitos preços na economia são fixados em níveis preestabelecidos. Por

consequente, a maior parte dos macroeconomistas acredita que a rigidez de preços é uma premissa mais eficiente para se estudar o comportamento de curto prazo da economia. (MANKIW, 2008).

2.5 FECHAMENTO DA SESSÃO

Neste capítulo foi abordado através de subseções, alguns pontos importantes do trabalho, para melhor conhecimento e entendimento. Foi realizada a revisão de literatura dos autores citados e também de artigos com o intuito de proporcionar uma melhor forma de compreensão dos pontos anteriormente citados.

Um dos pontos observado foi a cesta básica de forma geral com todos os seus conceitos bibliográficos, teóricos e históricos desde sua criação por decreto e lei. Em seguida foi mostrado alguns fatores que determinam o preço da cesta básica e como pode ocorrer possíveis alterações no mesmo de acordo com medidas do governo federal, questões climáticas, importações e etc.

Seguindo os pontos, foi explanado um pouco sobre poder de compra, o que é e como é útil para o consumidor. A aquisição da cesta básica, assim como outros bens e produtos, estão relacionados de forma estreita com as preferências dos consumidores e suas restrições orçamentárias, porém foi observado também, que as propagandas surtem bastante efeito sobre a aquisição dos produtos.

Finalizando o capítulo, foi explicada de forma sucinta e objetiva a relação entre nível de preço e salário real. Foram salientados também os padrões de variações dos preços e como esse, afeta o salário real dos indivíduos. Foi constatada a estreita reação entre inflação e IPC, onde esse último, que consiste em um agregado macroeconômico que mensura as variações do nível geral de preços.

3. METODOLOGIA

A metodologia utilizada será apresentada a seguir com o intuito de descrever todo o processo de coleta e tratamento de dados. As informações consideradas sobre a cesta básica e o salário mínimo foram indexadas ao corte temporal de 2010 a 2016, considerando apenas a cidade de Maceió.

As informações resultantes da pesquisa foram analisadas, trabalhadas e apresentadas em gráficos e tabelas para melhor entendimento. Para embasamento teórico utilizou-se de documentos oficiais, disponibilizados pela internet e livros sobre o assunto.

3.1 COLETA DE DADOS

O índice de preço ao consumidor de Maceió (**IPC/Maceió**) é mensurado mensalmente pela Superintendência da Informação e do Conhecimento (**SINC**), onde junto a ele, é publicado o valor da cesta básica mensal para a cidade de Maceió. Para a pesquisa do índice, a SINC conta com uma equipe treinada de 14 pesquisadores, mais duas pessoas responsáveis pelos cálculos, um gerente, um diretor e um superintendente responsáveis pela revisão das publicações. A pesquisa feita sobre alimentação é realizada em 13 supermercados, mais duas feiras livres. A coleta dos preços são organizadas em 4 semanas no mês, onde durante as mesmas, os pesquisadores visitam os estabelecimentos para as coletas dos devidos materiais. A seguir é apresentada a Tabela 1 com os produtos componentes da cesta básica estabelecido pra região nordeste onde Maceió está inserida.

Tabela 1- Itens Componentes da Cesta básica de Maceió

PRODUTOS	QUANTIDADE	UNIDADE
CARNE	4,5	KG
LEITE	6,0	L
FEIJÃO	4,5	KG
ARROZ	3,6	KG
FARINHA DE MANDIOCA	3,0	KG
TOMATE§	12,0	KG
PÃO	6,0	KG
CAFÉ	0,3	KG
BANANA	7,5	DZ
AÇÚCAR	3,0	KG
ÓLEO	0,75	900ML
MANTEIGA	0,75	KG
TOTAL	-	-

Fonte: IPC/Seplag (2012).

Os dados utilizados nessa pesquisa foram retirados da publicação mensal feita pelo IPC/SINC, referentes ao período de 2010 até 2016 para a cidade de Maceió. Análise está focada na evolução do comprometimento da cesta básica sobre o salário mínimo utilizando estatística descritiva, e modelo de regressão simples para obter uma taxa de comprometimento da cesta básica sobre o salário mínimo.

3.2 MÉTODO UTILIZADO

A análise do comprometimento da cesta básica pelo salário mínimo foi executada através do método da estatística descritiva, com a utilização de tabelas e gráficos, onde os dados foram dispostos em series temporais, para assim, possibilitar a análise do período estipulado, bem como observar as variáveis ao longo do tempo.

3.2.1 MODELO DE ANÁLISE

O presente modelo possui como finalidade a obtenção de uma taxa de comprometimento da cesta básica sobre o salário mínimo, que possibilite fazer uma análise de sensibilidade sobre o problema. Antes da construção do modelo, é de suma importância o conhecimento das variáveis. A variável independente no modelo será o salário mínimo nacional, praticado em todo território brasileiro. E a variável dependente será o comprometimento da cesta básica sobre o salário mínimo nacional. O valor de cada salário mínimo nacional foi retirado do site do Ministério do Trabalho.

As informações sobre o comprometimento da cesta básica alimentar maceioense sobre o salário mínimo nacional, é publicada mensalmente pelo IPC/Maceió junto a publicação do valor da cesta e do índice de preço. O cálculo do comprometimento é feito da seguinte forma:

$$CPS = \frac{VLB}{SMN}$$

Onde:

CPS= Comprometimento Mensal do Salário Mínimo Nacional pela Cesta Básica Maceioense;

VLB= Valor da Cesta Básica Alimentar em Maceió;

SMN= Salário Mínimo Nacional.

Como pode ser observado, na fórmula acima o comprometimento está inversamente relacionado com o salário mínimo, de forma que um salário maior resultaria em um comprometimento menor. Já com o valor da cesta básica alimentar, o comprometimento possui uma relação direta, de forma que um valor maior da cesta básica irá proporcionar um comprometimento maior.

Sendo assim, pode-se notar que políticas governamentais em termos de alterações do salário mínimo, ou alteração dos preços dos itens que compõem a cesta básica, podem ocasionar aumento

ou redução no comprometimento, através da relação acima. E dessa forma, o trabalho pretende observar os impactos dessas políticas, fazendo comparações entre os comprometimentos anuais, dentre o período observado, através de estatística descritiva.

3.3 HORAS DE TRABALHO POR CESTA BÁSICA

O método proposto tem como objetivo a obtenção de uma taxa média de horas que os trabalhadores maceioenses precisam para adquirir a cesta básica mensal, onde assim sejam apresentadas informações mais precisas sobre tal problema. A quantidade de horas trabalhadas está de acordo com a legislação brasileira do trabalho, que atualmente está estabelecida em 220 Horas/mês. Por conseguinte basta seguir a formula a baixo e realizar o calculo:

$$X = \frac{(CC)}{(SM)} \cdot HT$$

Onde:

X= Horas necessárias para adquirir a cesta básica;

CC= Custo da Cesta;

SMN= Salário Mínimo Nacional;

HT= Horas trabalhadas.

Pode-se visualizar na fórmula acima que quanto maior o custo da cesta básica, maior serão as horas trabalhadas para adquiri-la. Do mesmo modo se houver uma redução no salário mínimo nacional o trabalhador precisará de mais horas conseqüentemente para conseguir adquirir sua cesta. Sendo assim, um aumento salarial ele poderá ocasionar uma redução das horas necessárias para atingir o valor previsto da ração mínima. Ou seja, salario mínimo e custo da cesta básica são fatores determinantes para se obter um número médio de horas necessárias para aquisição a ração mínima essencial.

4. ANÁLISE DO COMPROMETIMENTO DA CESTA BÁSICA NO MUNICÍPIO DE MACEIÓ/AL

O comprometimento, como já foi salientado no texto, mede a parcela do salário mínimo, destinada à aquisição da cesta alimentar básica, de modo que esse é obtido através da divisão do valor da cesta básica pelo salário mínimo nacional, como já foi mostrado na metodologia. Neste capítulo será analisado esse comprometimento, observando sua evolução ao longo do período observado.

Toda família que sobrevive com um salário mínimo, compromete boa parte dele com a cesta básica, seja ela mensal, semanal ou quinzenal. Ao longo do tempo, até os dias de hoje, já se tornou frequente os aumentos dos pisos salariais, assim também como alterações nos preços dos produtos que compõem a ração mínima em decorrência principalmente da alta inflação.

A Tabela 2 trás a evolução de três importantes variáveis que é o salário, o valor da cesta básica e o comprometimento do salário pelo valor da cesta durante o tempo estimado, tomando como base o último mês de cada ano, pois os números de dezembro de cada ano possibilita saber de forma mais atualizada e recente, qual o último valor apresentado para cada variável, ou seja, dos seus últimos resultados em cada ano respectivamente, para assim ser feito a comparação desses valores. Segue tabela abaixo:

Tabela 2 – Evolução da Cesta Básica, Salário Mínimo e Comprometimento.

ANO	CESTA BASICA (R\$)	SALÁRIO MÍNIMO (R\$)	COMPROMETIMENTO DO
			SALÁRIO MÍNIMO (%)
DEZ/2010	204,58	510,00	40,11
DEZ/2011	214,62	545,00	39,38
DEZ/2012	225,87	622,00	36,31
DEZ/2013	245,36	678,00	36,19
DEZ/2014	258,54	724,00	35,71
DEZ/2015	278,16	788,00	35,30
DEZ/2016	329,12	880,00	37,40

Fonte: Elaborado pelo autor (2017).

Observa-se que ao longo deste período o valor da cesta básica em Maceió apresenta um crescimento, assim também como o salário mínimo. Onde à medida que o piso salarial teve reajuste ano a ano, o preço da cesta básica aumentou. Porém o comprometimento do salário foi reduzindo durante esse tempo, ou seja, houve um ganho no poder aquisitivo dos maceioenses, levando em consideração o último mês de cada ano. Isso se deve a algumas políticas implantadas pelo governo federal para o reajuste salarial que vem acontecendo na última década, que é intitulada pelo próprio governo de “política de valorização”, a mesma serve como subsídio para o trabalhador não comprometer tanto seu salário. Pois em meio as altas taxas de inflação que impulsionam os preços dos produtos da cesta básica, essa política valoriza o poder aquisitivo do consumidor.

Pelas regras determinadas por lei, o salário mínimo deve ser reajustado todo ano para repor a inflação do ano anterior (medida pelo INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor), além de garantir um aumento adicional do poder de compra, que cresce junto com a economia.

A seguir é apresentada uma tabela com os valores médios de 2010 a 2016, mostrando dessa vez as seguintes variáveis: cesta básica, salário mínimo, comprometimento do salário e horas trabalhadas para aquisição da ração mínima essencial, nesta última será levado em conta também o valor médio das outras variáveis para calcular o tempo de trabalho, conforme mostrado na metodologia para obter os resultados finais. E assim mensurar as taxas médias dos anos por completo.

Tabela 3 – Taxa Média da Cesta Básica, Salário Mínimo, Comprometimento e Horas Trabalhadas.

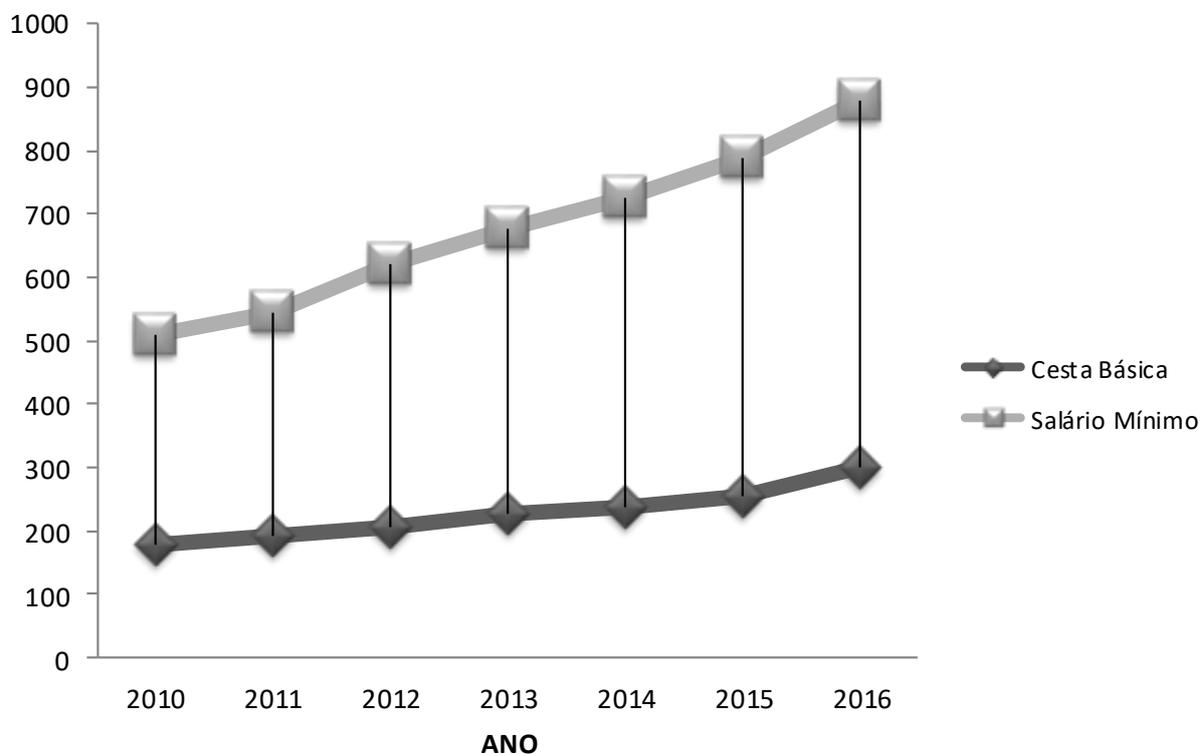
ANO	CESTA BÁSICA (R\$)	SALÁRIO MÍNIMO (R\$)	COMPROMETIMENTO (%)	HORAS TRABALHADAS (Hrs)
2010	177,85	510,00	34,88	77
2011	193,05	543,00	35,49	78,22
2012	204,35	622,00	32,85	72,6
2013	225,01	678,00	32,87	74,8
2014	237,64	724,00	32,75	72,21
2015	253,73	788,00	32,21	70,84
2016	300,67	880,00	34,17	75,17

Fonte: Elaborado pelo autor (2017).

De acordo com a Tabela 3, foi possível observar que no comprometimento houve oscilações durante o tempo, mediante justamente aos aumentos da cesta e do salário. Já para as horas de serviço houve altos e baixos assim como no comprometimento, pois à medida que o preço da cesta básica aumentou, o trabalhador precisou de mais horas de trabalho para conseguir adquirir a cesta alimentar, pois como foi explicado na metodologia do trabalho, no item (3.3) o valor da cesta é dividido pelo salário e o resultado é multiplicado pelas horas estabelecidas pela legislação brasileira do trabalho que é de 220 horas/mês, obtendo assim as horas necessárias para aquisição da cesta básica, ou seja, ocorrendo mudanças no valor da ração mínima, conseqüentemente será alterado as horas trabalhadas ou para mais ou pra menos.

A seguir é ilustrado um gráfico da evolução da cesta básica e salário mínimo, onde será possível observar o comportamento de ambos para observar de modo mais específico os efeitos que causam suas oscilações durante o período estimado, a partir dos valores médios anuais. O Gráfico 1 apresenta a evolução da média do salário e a cesta básica para o corte temporal estabelecido.

Gráfico 1 – Evolução da Cesta Básica e do Salário Mínimo



Fonte: Elaborado pelo autor (2017).

Como mostra o Gráfico 1, o comportamento de ambas as variáveis são crescentes em médias anuais. Visto que no período de 2010 a 2016 se percebe reajustes anuais do salário em todos esses anos, chegando a R\$ 880,00 (Oitocentos e Oitenta Reais) mensais no fim de 2016. Porém o valor da cesta básica em Maceió também alavancou no decorrer dos anos, atingindo um valor médio de R\$ 329,00 (Trezentos e Vinte Nove Reais) até dezembro de 2016, ou seja, a evolução desses dois quesitos ocorreu em conjunto durante esse tempo, pois ambos evoluíram.

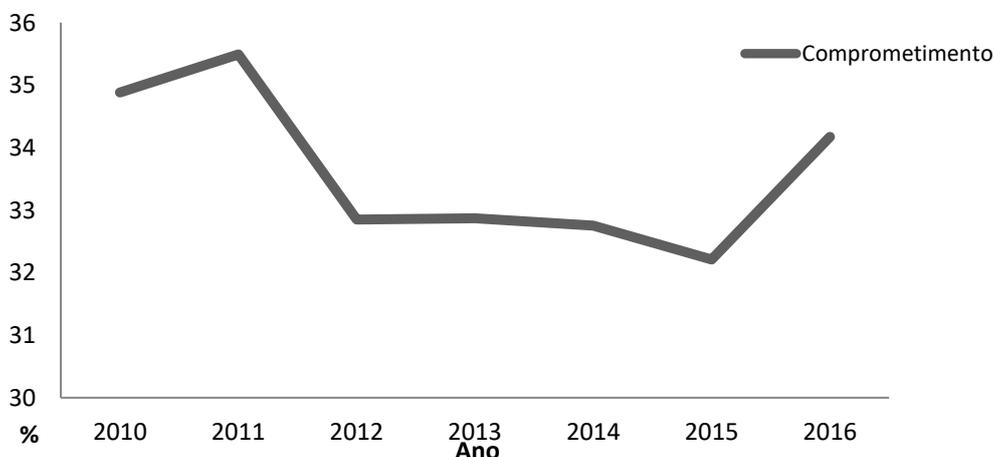
Como já salientado, diversos fatores são determinantes para oscilações nos preços dos produtos componentes da cesta básica como: alta inflação, custos de produção crescentes, custos com importações, sazonalidade, políticas de tributação governamental e etc. Tais fatores contribuem no preço geral da cesta básica. Porém o governo federal desde a última década vem implantando uma política de reajuste salarial, política essa que vem influenciando positivamente o poder aquisitivo da população maceioense.

4.1 ANÁLISE DA EVOLUÇÃO DO COMPROMETIMENTO

Anteriormente neste trabalho, foram mostrados dados gerais sobre o comprometimento do salário mínimo que a população maceioense tem com a cesta de bens e serviços. Vimos que esse comprometimento apresentou uma pequena queda de 2010 a 2016.

Para especificar um pouco mais sobre esse comprometimento médio em números, e auxiliar melhor o entendimento, segue no Gráfico 2, a demonstração do comportamento do comprometimento médio.

Gráfico 2 – Análise do Comprometimento Médio do Salário com a Cesta Básica



Fonte: Elaborado pelo autor (2017).

Com base no Gráfico 2 foi possível observar uma leve redução no comprometimento e em seguida, no final do tempo estimado, uma nova elevação, onde seu maior pico foi em 2011, em que esse ultrapassou os 35%. Nos anos seguintes apresentou quedas, chegando a casa dos 32% em 2015. No ano passado (2016), ocorreu um aumento nesse comprometimento de dois pontos percentuais, chegando aos 34%.

Foi possível perceber Gráfico 2, dois pontos de queda nos anos de 2012 e 2015 e dois pontos de elevação, nos anos de 2011 e 2016. No ano de 2011 a 2012 houve uma queda brusca no comprometimento, com uma variação percentual de (-7.5%), reflexo de um aumento salarial que variou nesse período, 14,55% enquanto que o preço da cesta básica aumentou muito pouco e com isso teve uma variação percentual de 5,85%, assim, nota-se que o salário mínimo obteve um crescimento percentual maior que o preço da ração mínima no. Já no ano de 2015 a 2016, ocorreu uma elevação no comprometimento, obtendo uma variação média de 6,09%, que foi ocasionado dessa vez por um aumento maior no valor da cesta básica, que teve sua variação percentual de 18,5%, em contrapartida o salário mínimo obteve também um aumento, porém sua variação foi de 11,68% pontos percentuais, ou seja, a cesta básica teve um aumento percentual maior que do piso salarial e com isso ocasionou um aumento no comprometimento no fim deste período.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de legalização da cesta básica e salário mínimo foram árduo, após lutas por parte dos trabalhadores e sindicatos, ambos foram legislados conforme decreto e lei e com isso todo indivíduo trabalhador a partir das décadas de 30 e 40 teve seu direito de remuneração por atividade ou serviço desenvolvido para assim obter seu poder de compra para aquisição do item de primeira necessidade de toda família que é a ração mínima essencial.

As análises e avaliações feitas nesse trabalho foram de grande valia para compreender as oscilações de preço e mercado, trazendo uma exposição de dados históricos dentro de uma linha do tempo de variáveis como: Cesta básica, salário mínimo e o seu comprometimento com a cesta de bens e serviços, além de apresentar os efeitos causadores das evoluções das mesmas, expondo também um pouco da história de instauração tanto do Salário mínimo como da cesta básica, bem como sua relação de nível de preço, poder de compra e a tomada de decisão do consumidor.

Seguindo a ideia metodológica da pesquisa através dos modelos propostos, foram extraídos os dados necessários no site Alagoas em Dados e DIEESE – Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos e expostos nas tabelas e nos gráficos de forma que expandisse e aprofundasse o leitor que tem curiosidade ou até não tem conhecimento do assunto. Durante toda análise, verificou-se que a cesta básica e o salário mínimo cresceram em conjunto durante o período na cidade de Maceió, isso porque os reajustes salariais regulamentados pelo governo federal como intervenção no poder de compra do consumidor provocaram alterações no piso salarial ao longo desses anos. Por outro lado, o preço da cesta de bens evolui devido a aspectos como inflação, sazonalidade, custos de produção e entre outros fatores explanados no trabalho que impulsionaram os preços gerando aumentos no valor da cesta.

Ao contrário da cesta básica e do salário mínimo que só cresceram ao longo do período, outra variável oscilou entre altos e baixos, que foi o caso do comprometimento do salário, pois o mesmo no início da análise obteve sua maior variação, nos anos seguintes decresceu consideravelmente e no fim da linha de tempo estudada voltou a crescer, isso foi acarretado devido aos aumentos do salário mínimo e da cesta básica, pois em alguns momentos o salário aumentou em maior proporção que o valor da ração mínima e com isso o comprometimento reduzia, no inverso quando o preço total da cesta básica aumentou em maior proporção que a remuneração mínima, os maceioenses sofreram com um maior comprometimento, gerando também maiores orçamentos em suas receitas.

Por fim, foi possível detectar nesta monografia diversas dificuldades que o consumidor maceioense vive perante a realidade existente no país, pois com um piso salarial baixo e os níveis de preços de mercado aumentando seguindo as constantes altas da inflação, suas receitas ficam totalmente comprometidas não só com a ração mínima essencial, que detém maior parte do comprometimento do salário mínimo, mais também com os demais itens necessários para sobrevivência.

REFERÊNCIAS

- MARSHAL, ALFRED. Editora Nova Cultura Ltda. São Paulo – SP – 2006;
- PINDYCK E RUBINFELD. **Microeconomia** – EDITORA PEARSON. São Paulo – SP -2004/5ª Ed;
- MANKIW, N. GREGORY. **Macroeconomia**/ 6ª Edição – Rio de Janeiro: LTC – 2008;
- CARVALHO, SIQUEIRA E NOGUEIRA – **Características Distributivas e Impacto de Reformas Tributárias Sobre o Bem-Estar das famílias no Brasil** – RBE – Rio de Janeiro / Setembro, 2013.
- CARVALHO, SÁFADI E FERRAZ - **Análise sazonal para a Série e os Componentes do Custo da Cesta Básica de Lavras - Organizações Rurais e Agroindustriais**, Lavras/MG, 2010.
- PAIM, PAULO – **Salário Mínimo Uma História de Luta** – Senado Federal, Brasília, 2005.
- BERRIOS E SANTOS – **Salário Mínimo versus Cesta Básica DIEESE: Uma Relação de Disparidade** – São Paulo, 2016.
- DIAS E CROCE – **Índice de Preços ao Consumidor (IPC): A Matemática Financeira Contribuindo na Medição do Custo de Vida** – Belo Horizonte/MG, 2012.
- FEDERAÇÃO DO COMÉRCIO DO ESTADO DE ALAGOAS - FECOMERCIO Disponível em: www.fecomercio.com.br/arquivos/.../estudoclassemidiafa35e192.pdf. Acesso em: 22 de Agosto. 2017.
- SECRETARIA DO ESTADO DA ASSISTÊNCIA E DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL – SEADES, Disponível em: http://www.seade.gov.br/produtos/spp/v02n03/v02n03_05.pdf. Acesso em 23 de Agosto. 2017.
- ESCOLA NACIONAL DE SAÚDE PÚBLICA SERGIO AROUCA – ENSP, Disponível em: <http://www.ensp.fiocruz.br>. Acesso em 23 de Agosto. 2017.
- GAZETA WEB DE ALAGOAS – Disponível em: <http://www.gazetaweb.com.br>. Acesso em 24 de Agosto. 2017.
- ALAGOAS EM DADOS – Disponível em: <http://www.dados.al.gov.br>. Acesso em 20 de Agosto. 2017.
- DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICAS E ESTUDOS SOCIOECONÔMICO – DIEESE – Disponível em: <http://www.dieese.org.br>. Acesso em 18 de Agosto. 2017.
- ALAGOAS 24 HORAS – Disponível em: <http://www.alagoas24horas.com.br>. 27 de Agosto. 2017.
- JORNAL DO BRASIL – Disponível em: <http://www.jb.com.br>. 28 de Agosto. 2017.